

Dossiê: Extremas direitas: riscos à democracia? ■ Parte 2

A reconfiguração da extrema-direita em Portugal: do Neofascismo ao Populismo do *Chega*

Helder Prior¹
ORCID : 0000-0001-8971-3469

Resumo: Este ensaio discute a ascensão do partido *Chega*, o principal representante da direita radical populista no panorama político português. Durante várias décadas, a democracia portuguesa distinguiu-se pela ausência de um partido de direita radical com representação parlamentar, um fenómeno frequentemente atribuído à indelével memória colectiva do Estado Novo e ao antifascismo enquanto pilar fundacional do regime. Contudo, este quadro tem vindo a alterar-se significativamente, com o *Chega* a conquistar um número crescente de sufrágios e assentos. A presente investigação sustenta que esta ascensão constitui um fenómeno multifacetado, resultado de uma complexa intersecção de factores socioeconómicos, culturais e políticos. Com um olhar sobre a evolução da extrema-direita a partir do 25 de Abril de 1974, o artigo examina a ascensão e consolidação do radicalismo de direita em Portugal, observando o significado ideológico do partido *Chega* e a sua visão de mundo.

25

Palavras-chave: Populismo; Extrema-direita; Partido *Chega*.

¹ Professor Visitante Estrangeiro no PPGCOM da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Lisboa. Doutor em Ciências da Comunicação (2013) pela Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior. Realizou estágio de pós-doutorado na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PNPD-CAPES) EM 2014 e 2015. Realizou estágio de Pós-Doutorado na Universidade da Beira Interior em 2016 e 2017 e na Universidade Autónoma de Barcelona em 2018.

Abstract: This essay discusses the rise of Chega, the main representative of radical right-wing populism in the Portuguese political landscape. For several decades, Portuguese democracy was distinguished by the absence of a radical right-wing party with parliamentary representation—a phenomenon often attributed to the indelible collective memory of the Estado Novo and to antifascism as a foundational pillar of the regime. However, this scenario has been changing significantly, with Chega winning an increasing number of votes and seats. The present study argues that this rise is a multifaceted phenomenon, resulting from a complex intersection of socioeconomic, cultural, and political factors. Looking at the evolution of the far right since April 25, 1974, the article examines the emergence and consolidation of right-wing radicalism in Portugal, exploring the ideological meaning of the Chega party and its worldview.

26

Keywords: Populism; Far-right; Chega Party.

Resumen: Este ensayo analiza el ascenso del partido Chega, el principal representante de la derecha radical populista en el panorama político portugués. Durante varias décadas, la democracia portuguesa se distinguió por la ausencia de un partido de derecha radical con representación parlamentaria, un fenómeno frecuentemente atribuido a la indeleble memoria colectiva del Estado Novo y al antifascismo como pilar fundacional del régimen. Sin embargo, este escenario ha ido cambiando de forma significativa, con Chega conquistando un número creciente de sufragios y escaños. La presente investigación sostiene que este ascenso constituye un fenómeno multifacético, resultado de una compleja intersección de factores socioeconómicos, culturales y políticos. Con una mirada a la evolución de la extrema derecha desde el 25 de abril de 1974, el artículo examina la aparición y consolidación del radicalismo de derecha en Portugal, observando el significado ideológico del partido Chega y su visión del mundo.

Palabras-clave: Populismo; Extrema derecha; Partido Chega

Introdução

Desde o restabelecimento da democracia em 1974, Portugal constituiu, em grande medida, uma excepcionalidade no panorama político europeu. Enquanto em outros países a extrema-direita se consolidava e acedia aos parlamentos nacionais, em Portugal o legado do fascismo do Estado Novo e o legado antifascista da Revolução dos Cravos de 1974, pareciam erigir uma barreira intransponível à sua ascensão. Ao longo de mais de 40 anos, o poder político foi exercido por partidos moderados de centro-esquerda e centro-direita, em uma alternância que conferiu uma aparente estabilidade ao sistema. Não obstante, a eleição de um deputado do partido *Chega* em 2019 e a sua subsequente expansão eleitoral e parlamentar assinalaram uma ruptura decisiva no sistema político que já está a reconfigurar o espectro partidário e a democracia. Desde a sua primeira eleição, em que conquistou apenas um assento parlamentar, o partido tem vindo a registar um crescimento acentuando, culminando na sua ascensão à segunda maior força política do país nas Eleições Legislativas de 2025. Com efeito, o presente ensaio visa aprofundar a compreensão do populismo de direita radical em Portugal, procurando responder à seguinte questão: “Que factores e processos conduziram à ascensão e consolidação do partido *Chega*, e que impactos exerce a sua presença no sistema político português?”.

□ *zeitgeist* populista

Desde a década de 1980, a ascensão do populismo na Europa tem sido objecto de vasta e aprofundada investigação académica, bem como de um intenso debate público e mediático. Um autor como Cas Mudde (2004) define o populismo como uma ideologia de “baixa densidade” (*thin-centered ideology*), que opõe o “povo virtuoso” a uma “elite corrupta” e dominante, ou, por outras palavras, “o povo *versus* os poderosos” (Mudde, 2004). Efetivamente, na Ciência Política europeia é hoje consensual a definição de populismo como uma “ideologia delgada” que considera que a sociedade está, fundamentalmente, separada em dois grupos homogéneos e antagónicos, “o povo puro” *versus* “a elite corrupta”, e que defende que a política deveria ser a expressão da *volonté générale* do povo (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017). A concepção ideacional do populismo, sobretudo aquela proposta por Mudde, permite compreender a elasticidade e porosidade

do fenómeno, uma vez que as ideologias de baixa densidade habitualmente combinadas com outros elementos ideológicos. Tal permite compreender a associação do populismo com as chamadas ideologias densas, ou *full ideologies*, como o socialismo, o comunismo, o conservadorismo, o nacionalismo, o liberalismo e até o fascismo, o que é muito útil para explicar as razões pelas quais o populismo tanto florescer à direita, quanto à esquerda do espectro político.

Essencial para a mobilização populista é a distinção moral entre “a elite” e “o povo”. O populismo apresenta uma visão maniqueísta e simplista da realidade social e política na qual só existem amigos e inimigos. Oponentes não são apenas pessoas com diferentes prioridades, valores ou posicionamentos ideológicos; oponentes representam o mal a ser combatido. Assim, a possibilidade de um dissenso legítimo é rejeitada, já que os oponentes não são reconhecidos como parte da disputa democrática, mas como elementos que corrompem a suposta pureza do verdadeiro povo homogéneo. É, justamente, neste ponto, que um autor como Jan-Werner Müller (2016) considera que o populismo é essencialmente antipluralista, pois o líder age como se apenas ele, o *outsider* populista, representasse o “verdadeiro povo”, negando a legitimidade dos adversários políticos e classificando-os não como concorrentes em um campo democrático plural, mas como inimigos morais que corrompem a pureza da comunidade.

Essa concepção maniqueísta reduz a política à oposição entre amigos e inimigos, tornando inviável o reconhecimento da diversidade de valores, identidades e projetos em disputa na sociedade. Federico Finchelstein (2020), por sua vez, aprofunda essa leitura ao argumentar que, ao rejeitar o pluralismo democrático, o populismo compartilha elementos discursivos com o autoritarismo, ainda que se diferencie dele por se manter no terreno da competição eleitoral. Para Finchelstein, o antipluralismo é uma herança do fascismo, reelaborada em premissas democráticas: os populistas afirmam falar em nome da totalidade homogénea do povo e, assim, minam a possibilidade de uma política baseada na alternância, no dissenso e na legitimidade dos opositores, rejeitando todos os pontos de vista que consideram parte da minoria (Finchelstein, 2020, p. 5). Tanto Müller quanto Finchelstein convergem em apontar que o núcleo problemático do populismo não está apenas no seu carácter antissistema, mas na negação do pluralismo como fundamento normativo da democracia liberal.

Os partidos da direita radical, com efeito, combinam o apelo populista com ideologias que defendem o nacionalismo e o nativismo, ou seja, a convicção de que os estados devem ser habitados por membros exclusivamente do grupo nativo, identificados como o verdadeiro povo ou “povo impoluto”. A propósito, Paul Taggart (2000) introduz o conceito “*the heartland*” para ajudar a explicar a construção do povo puro na propaganda populista. Por conseguinte, o povo dos populistas é uma “comunidade imaginada” idêntica à nação ou à “*motherland*” dos partidos e movimentos nacionalistas.

Apesar do conceito de “povo” ser uma categoria vaga e imprecisa, um “significante vazio”, como sublinha Ernesto Laclau em *A Razão Populista* (2005), a sua construção ajuda a erigir um subconjunto mítico interligado por uma cadeia de equivalência que articula petições e demandas insatisfeitas na sociedade. Assim, o “povo” não corresponde a uma entidade homogênea ou previamente existente, mas emerge como resultado de um processo de articulação discursiva que dá unidade ao que antes se apresentava como demandas fragmentadas. Nesse sentido, o populismo, longe de ser um desvio patológico da democracia, constitui, para Laclau, uma lógica política fundamental, uma vez que permite a construção de identidades colectivas capazes de disputar a hegemonia. O significante vazio “povo” funciona, portanto, como ponto nodal que condensa e simboliza a multiplicidade de reivindicações sociais, convertendo-as em uma totalidade investida de sentido. Trata-se de uma operação simbólica que, ao mesmo tempo em que simplifica a complexidade social, possibilita a mobilização política e a formação de sujeitos históricos capazes de intervir na esfera pública.

Para a compreensão do espírito populista do nosso tempo, é fundamental salientar a importância da crise de representação democrática. O declínio da participação política tradicional, o aumento da abstenção e a desconfiança nas instituições são vistos como um terreno fértil para a emergência de partidos que se perfilam como antissistema. A retórica populista alimenta-se, justamente, do descrédito das instituições representativas e, em especial, dos partidos políticos estabelecidos, frequentemente percebidos como distantes, autorreferenciais e incapazes de responder às demandas de uma sociedade em acelerada transformação. Como sublinha Mudde:

(...) o que geralmente fica mais claro é a que e a quem os populistas se opõem. Em sistemas democráticos liberais, em que os partidos

políticos são os principais atores no processo de representação, não chega a ser uma surpresa que na propaganda dos populistas os sentimentos antipartidários exerçam um papel proeminente (Mudde, 2021, p. 270).

O populismo constrói, com efeito, uma crítica antissistema que não procura abolir a representação política, mas reformulá-la a partir da denúncia de que os partidos do *establishment* corrompem a relação entre governantes e governados e colocam os seus próprios interesses acima dos do povo. Uma crítica que remete implicitamente ao ideal rousseauiano de vontade geral, já que populistas defendem um vínculo direto entre o líder e o povo, denunciando a artificialidade das divisões criadas pelas estruturas partidárias. Essa postura evidencia como a crise de representação se converte em oportunidade discursiva para o populismo, que se apresenta não como projeto revolucionário de ruptura total, mas como proposta de refundação da legitimidade política em nome da maioria.

O que é, então, o populismo? O populismo, com efeito, pode ser entendido como uma forma de democracia paradoxal: nasce de uma premissa democrática, a promessa de aproximar o povo do poder e de reduzir a distância criada pelas mediações institucionais, mas tende a assumir contornos autoritários e iliberais. A centralidade da figura do líder, que se apresenta como a encarnação da vontade popular, um espécie de messias, confere ao populismo uma aparência de democracia direta, mas ao mesmo tempo esvazia a pluralidade e deslegitima os adversários políticos (Finchelstein, 2020, p. 5).

Como mostram Müller e Finchelstein, ao transformar opositores em inimigos morais e ao rejeitar o dissenso legítimo, o populismo mina o fundamento pluralista da democracia. O resultado é um regime em que o líder afirma falar em nome do povo, mas, uma vez no poder, reduz a complexidade social a uma única voz, a sua própria, convertendo a promessa de maior participação em uma prática concentradora e excludente.

Deste ponto de vista, os populismos não são, em geral, antidemocráticos *stricto sensu*. Pelo contrário, eles apresentam-se como os defensores e os garantes de uma “verdadeira” democracia manifestando as suas críticas e o seu ressentimento contra um sistema que consideram pervertido, corrompido, esquecido das suas missões e dos seus ideais. Da mesma forma que os democratas, eles colocam o povo no centro dos seus *slogans*, programas e proclamações. Mas de maneira diferente, porque o

seu combate é antes de mais dirigido contra as elites. Quando o elitismo é acompanhado de injustiças clamorosas ou do fracasso das políticas levadas a cabo, não é de surpreender que se ouça a revolta dos *sans-culottes* (Mény, 2019, p. 158)

Do Neofascismo ao Populismo: a evolução da extrema-direita europeia no Pós-guerra

Embora o populismo seja transversal ao eixo esquerda–direita, no contexto da Europa Ocidental ele tem sido particularmente associado à retórica da chamada “nova extrema-direita” ou, nos termos de Ignazi, da “extrema-direita pós-industrial”, que ganhou força a partir da década de 1980. Essa corrente distingue-se da velha extrema-direita por rejeitar a ligação explícita ao fascismo histórico e por combinar elementos populistas, como o discurso antissistema, a oposição entre povo e elites e a valorização da identidade nacional homogénea, com novas estratégias de legitimação no espaço democrático. Autores como Piero Ignazi (1992) e Cas Mudde (2019) identificam três ondas no desenvolvimento da extrema-direita europeia após 1945, evidenciando tanto a evolução não linear destes partidos como a sua mutação profunda a partir dos anos 1980.

A primeira onda surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos países derrotados, com partidos herdeiros diretos e revivalistas do fascismo e do nazismo, como o *Movimento Sociale Italiano* (MSI), fundado em 1946, ou o *Partido Socialista do Reich*, que negava a existência do Holocausto e que acabou extinto poucos anos após a fundação. Conhecidos como neofascistas ou neonazistas, mantinham viva a nostalgia dos regimes autoritários do período entre-guerras.

A segunda onda, nas décadas de 1950 e 1960, esteve marcada por sentimentos anticomunistas e pelo crescimento de um discurso anti-imigração. Exemplo paradigmático é o *National Front* britânico, que utilizava *slogans* como *Stop Immigration* ou *Make Britain Great Again* (Guazina, 2021, p. 55), ou o *Partido Nacional Democrático* (NPD) da Alemanha, também conhecido como “A Pátria”, fundado em 1964, que assumiu um discurso abertamente racista.

A terceira onda, entre os anos 1970 e 1980, caracterizou-se por partidos com agendas explícitas contra a imigração e discursos xenófobos, em especial nos países que passaram a receber fluxos migratórios de fora da Europa, sobre-

tudo de países muçulmanos. Destaca-se, nesse contexto, a ascensão da *Frente Nacional* francesa, partido fundado por Jean-Marie Le Pen, em 1972, que consolidou a agenda anti-imigração como elemento estruturante da extrema-direita contemporânea, ou partidos nacionalistas e regionalistas, como o *Vlaams Belang*, da Bélgica, o suíço *Schweizerische Volkspartei*, ou o *Lega Nord*, um partido regionalista do norte de Itália.

Essa reconstrução histórica permite diferenciar a “velha extrema-direita”, saudosista e revivalista do fascismo e do nazismo, da “extrema-direita pós-industrial”, que procurou distanciar-se dessas raízes subversivas da democracia e enfatizar dimensões antissistema e étnico-culturais, adaptando-se ao jogo democrático. Como sintetizam Marchi e Bruno, a partir do trabalho de Ignazi.

A “extrema direita tradicional” é composta por partidos históricos como o italiano MSI, o alemão NPD e os britânicos *Frente Nacional* (NF) e *Partido Nacional Britânico* (BNP). A estes podemos agora juntar o húngaro *Movimento por uma Hungria Melhor* (Jobbik) e o grego *Aurora Dourada* (XA). A “extrema direita pós-industrial” é composta pela francesa FN, o *Partido da Liberdade da Áustria* (FPÖ), o belga *Interesse Flamengo* (VB), aos quais podemos agora juntar o *Partido para a Liberdade*, de Geert Wilders (SVV), o *Partido Popular Danes* (DF), o *Partido dos Finlandeses* (PS), os *Democratas Suecos* (SD), a *Alternativa para a Alemanha* (AfD), a italiana *LN* e o *UKIP* (Marchi e Bruno, 2016, p. 41).

Cas Mudde acrescenta uma quarta onda, a partir dos anos 2000, marcada pela institucionalização da extrema-direita no interior das democracias europeias. Este processo, descrito como *mainstreaming of the far right*, corresponde à entrada desses partidos nos sistemas políticos nacionais, seja através da representação parlamentar, seja participando em coligações de governo. Segundo Mudde, três grandes crises explicam o crescimento sustentado do eleitorado destes partidos: os atentados de 11 de Setembro de 2001; a recessão global de 2008; e a crise dos refugiados de 2015. A quarta onda é também a mais heterogénea.

Neste ponto, os pensadores distinguem entre extremismo de direita (*extreme right*), ou ultradireita, e radicalismo de direita ou direita radical (*radical right*). O extremismo de direita rejeita princípios fundamentais da democracia, como a soberania popular, e procura derrubar o regime por meios antidemocráticos e até violentos, à semelhança dos movimentos fascistas. O radicalismo de direita aceita as regras procedimentais da democracia (eleições, referendos), mas

rejeita os princípios liberais que a sustentam, assumindo uma postura iliberal em relação à liberdade de imprensa, aos direitos das minorias ou à separação de poderes (Eatwell & Goodwin, 2019, p. 77). Essa distinção tornou-se consensual na literatura e é confirmada pela jurisprudência constitucional alemã que diferencia entre extremismo de direita (ilegal, por visar a subversão revolucionária do regime) e radicalismo de direita (legal, por atuar dentro das regras democráticas) (Marchi, 2019).

Entre as características centrais da direita radical, Mudde (2017) destaca o nativismo, o autoritarismo e o populismo. Essas dimensões explicam tanto a oposição às políticas de imigração como a defesa de medidas securitárias e de “Lei e Ordem”. Combinam, ainda, sentimentos antissistema e uma divisão dicotômica entre um povo homogêneo e virtuoso e elites descritas como corruptas. Deste modo, os partidos populistas de direita radical interpretam a política como confronto moral entre “povo” e “elite”, privilegiam os nativos face aos estrangeiros (retórica nativista e excludente) e contestam os princípios da democracia liberal, em nome de mecanismos de democracia direta e de maior centralização do poder.

À medida que a imigração em massa se intensificou em vários países europeus, esses partidos passaram a confrontar o modelo multicultural e globalizante, estimulando políticas identitárias de direita que reforçam a distinção entre os nativos (povos originários da Europa) e o *out-group* (imigrantes, especialmente muçulmanos). A “quarta onda” da extrema-direita, portanto, não apenas consolidou a presença desses partidos nas arenas institucionais, mas também normalizou o seu discurso, deslocando o debate político europeu em direção a posições mais securitárias, iliberais e excludentes.

Até aos anos 1980, o termo “extrema-direita” era sinónimo de neofascismo. (...) Tudo vai mudar nesses anos. Emergem novos partidos, outros mais antigos renovam-se radicalmente, e tanto uns como outros obtêm um consenso sem precedentes. (...) Este novo tipo de partido, em vez de fazer reviver o mito do fascismo, oferece uma resposta a essas exigências e necessidades geradas pela sociedade pós-industrial que os partidos tradicionais não conseguiram tomar em consideração (Ignazi, 2003, *apud* Mény, 2019, p. 181).

Portugal em questão: do antifascismo à consolidação da direita radical populista

A Revolução de 25 de Abril de 1974 constituiu um marco de ruptura de regime tão profundo que deixou a extrema-direita portuguesa em uma situação bastante adversa. Ao contrário do que se observou em outros contextos europeus, em Portugal a transição democrática coincidiu com o dismantelamento de um regime autoritário longo, cuja legitimidade estava profundamente associada à ditadura salazarista e ao projeto colonial. O 25 de Abril de 1974 retirou, por conseguinte, qualquer viabilidade a um discurso que pretendesse articular a continuidade entre o salazarismo e a nova ordem democrática.

Como asseveram Pinto (1996) e Zúquete (2007), a extrema-direita ficou remetida a uma posição marginal, sem capacidade de articulação eleitoral e sem um projeto político coeso. Muitos dos seus quadros acomodaram-se no novo sistema partidário, integrando, sobretudo, formações da direita conservadora, enquanto outros abandonaram a cena política. A memória do regime autoritário de Salazar e de Marcelo Caetano serviu como um contrapeso sociopolítico à emergência de partidos extremistas e, em consequência, o antifascismo converteu-se em um dos pilares ideológicos do novo regime, celebrado anualmente como um triunfo da democracia sobre o autoritarismo. Os principais partidos políticos de esquerda e de centro, embora rivais, partilhavam um consenso tácito contra qualquer tentação de regresso ao fascismo.

Com efeito, a história da direita antissistema em Portugal no pós-Revolução pode ser dividida em três fases antes da emergência e consolidação do partido *Chega*. A primeira fase, entre 1974 e 1980, correspondeu ao imediato pós-25 de Abril e foi marcada pelo surgimento de pequenos partidos e coligações posicionados à direita do *Centro Democrático Social* (CDS). Estes grupos tinham como principais objetivos influenciar o processo de descolonização e travar o avanço do *Partido Comunista Português* (PCP) e da extrema-esquerda no contexto do Processo Revolucionário em Curso (PREC). Entre as formações criadas nesse período destacam-se o *Movimento de Acção Portuguesa* (MAP), liderado por intelectuais fascistas e radicais de Coimbra e Lisboa reunidos em torno do General António de Spínola; o *Movimento Federalista Português* (MFP), que pretendia salvar a ligação ao Ultramar e às colónias através de uma estrutura

federal; e o *Partido da Democracia Cristã* (PDC), fundado por salazaristas e marcelistas (Marchi, 2012).

Todavia, nenhum deles conseguiu ultrapassar a barreira da irrelevância eleitoral, não elegendo deputados para a Assembleia da República. O caso mais notório foi o do PDC, que procurou dar expressão política ao projeto de contenção das esquerdas defendido por Spínola, mas que acabou rapidamente marginalizado após o fracasso da mobilização do 28 de setembro de 1974² e o seu alinhamento com sectores golpistas. Paralelamente, a resistência de extrema-direita também se expressou em formas clandestinas e violentas, como o *Movimento Democrático de Libertação de Portugal* (MDLP), liderado pelo General Spínola e financiado por grupos económicos ligados ao regime salazarista, e o *Exército de Libertação de Portugal* (ELP), responsáveis por diversos atentados bombistas contra alvos associados à esquerda revolucionária. A incapacidade destes partidos em consolidar as suas agendas deveu-se a três factores principais: (i) a dificuldade em mobilizar uma base social significativa após meio século de ditadura, quando o salazarismo havia bloqueado a formação de uma direita pluralista e competitiva; (ii) a forte deslegitimação social do discurso autoritário e colonial, em um contexto de democratização acelerada; e (iii) a incapacidade de se adaptar às regras e linguagens da nova ordem democrática, ao contrário do CDS, que soube ocupar o espaço da direita parlamentar democrática.

Durante a década de 1980, com a elite intelectual da extrema-direita afastada do espaço público, surgem os primeiros sinais de um novo paradigma nacionalista, protagonizado por grupos juvenis e associações marginais. Ao contrário da velha extrema-direita, fortemente marcada pela nostalgia do salazarismo e pela mitologia ultramarina, estas novas expressões não se apoiavam em referências ideológicas enraizadas no contexto português. Ao invés, começaram a absorver influências transnacionais, aproximando-se de discursos e práticas já em circulação noutros países europeus, mormente ligados à extrema-direita pós-industrial em ascensão.

² O “28 de setembro de 1974” refere-se a uma manifestação convocada em Lisboa pelo movimento da chamada maioria silenciosa, que representava sectores conservadores e contra-revolucionários da sociedade portuguesa, receosos com a radicalização política que se seguiu ao 25 de Abril. O objectivo era demonstrar apoio às Forças Armadas e a uma via de transição mais moderada para a democracia. A manifestação, contudo, foi reprimida pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e pela extrema-esquerda, consolidando o peso das correntes progressistas no processo revolucionário. Este acontecimento foi um duro golpe para a extrema-direita.

Esse processo de “importação ideológica” seria decisivo para a lenta recomposição do espaço da extrema-direita em Portugal, antecipando formas orgânicas e repertórios discursivos que, mais tarde, se consolidariam em partidos com expressão eleitoral. Após o desaparecimento das formações da década anterior, a ideologia da extrema-direita ficou confinada a um “combate cultural” manifestado através de revistas, como a *Futuro Presente*, e de movimentos subculturais. Figuras e grupos nacionalistas, como o *Movimento Força Nacional Nova Monarquia* (FNNM) e o *Movimento de Acção Nacional* (MAN), associado ao movimento *skinhead* emergente, mantiveram as ideias vivas, mas sem qualquer projeto partidário.

Com efeito, o caso português revela uma particularidade que nos importa assinalar. Enquanto noutros países da Europa Ocidental a extrema-direita conseguiu, desde os anos 1980, reinventar-se e conquistar espaço eleitoral através da combinação entre populismo, nativismo e retórica antissistema, em Portugal esse processo foi mais tardio e fragmentado. O peso histórico da ditadura e do colonialismo dificultou a legitimação pública da extrema-direita durante décadas, relegando-a para as margens da política institucional. Apenas com o contexto europeu mais recente, marcado pela crise da representação, pela globalização, pelo aumento da imigração islâmica e pela difusão de discursos internacionais da direita radical, se criaram as condições para a sua emergência no sistema político português.

Assim, a terceira fase iniciou-se em 1999 com a criação do *Partido Nacional Renovador* (PNR). O PNR representou uma tentativa de resgatar o projeto partidário da extrema-direita, unindo veteranos de fases anteriores com uma nova geração de militantes. No entanto, tal como os seus predecessores, o PNR nunca conseguiu uma performance eleitoral assinalável. O seu desempenho ficou consistentemente abaixo de 0.5% dos sufrágios em eleições legislativas e europeias, falhando em traduzir a insatisfação social generalizada em apoio eleitoral. A sua incapacidade de se tornar uma força política relevante abriu caminho para o surgimento de um novo ator que, ao contrário do PNR, soubesse explorar as vulnerabilidades do sistema político, a visibilidade nos meios de comunicação tradicionais e as novas oportunidades discursivas proporcionadas pelas plataformas de *social media*.

□ *Chega* e a nova direita antissistema

O desgaste do XIX Governo Constitucional (2011–2015), liderado pela coligação PSD/CDS-PP e associado à implementação das medidas de austeridade resultantes do programa de ajustamento financeiro da *Troika* (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu), contribuiu para uma crise significativa dos atores tradicionais da direita portuguesa. Este contexto abriu espaço para a emergência de novos partidos posicionados à direita do espectro político, capazes de capitalizar o descontentamento acumulado. É neste ambiente político que surgem a *Iniciativa Liberal* e o *Chega*, que, nas legislativas de 2019, conquistam pela primeira vez representação parlamentar, fragmentando o espectro político da direita.

Do ponto de vista sociocultural, a retórica do *Chega* tem conseguido capitalizar certas tensões existentes na sociedade. O ressurgimento de debates sobre imigração, crime e segurança, por exemplo, tem sido eficazmente explorado pelo partido. Embora Portugal não seja um país com um historial de grandes conflitos raciais ou migratórios, o *Chega* soube importar e adaptar narrativas globais de medo e xenofobia, encontrando eco em parcelas do eleitorado que se sentem ameaçadas por mudanças sociais. A sua agenda nacionalista apela a um sentimento de nostalgia por um passado idealizado e a um desejo de ordem e controlo, promovendo políticas de lei e ordem fortes.

A ascensão do *Chega* tem sido um dos fenómenos mais marcantes da política portuguesa recente. Fundado em abril de 2019 por André Ventura, o *Chega* rapidamente conquistou o centro do debate público com uma agenda fortemente crítica do sistema político e com uma estratégia comunicativa centrada na personalização do seu líder. Ventura, cuja visibilidade enquanto comentador televisivo na CMTV lhe proporcionou um capital mediático invulgar, tornou-se rapidamente uma figura polémica e polarizadora, confirmando a hipótese de que meios de comunicação sensacionalistas desempenham um papel relevante na construção de lideranças populistas (Mazzoleni, 2008).

A figura de André Ventura é central para a estratégia de comunicação do *Chega* e para a própria identidade do partido. Licenciado em direito, Ventura construiu a sua notoriedade pública não apenas na política, mas também como comentador de futebol, uma plataforma que lhe conferiu visibilidade e um estilo

de debate combativo. Antes de fundar o *Chega*, foi membro do *Partido Social Democrata* (PSD), tendo chegado a ser candidato à Câmara Municipal de Loures nas Autárquicas de 2017. Esta experiência no sistema político tradicional, da qual se distanciou para se apresentar como político “antissistema”, projectou André Ventura para o centro do debate mediático, sobretudo devido ao facto de ter realizado uma campanha polarizadora em torno da comunidade cigana, que acusou de viver às custas do Estado e de promover conflitos sociais em Loures. O seu estilo carismático e confrontacional tornou-se a personificação do descontentamento.

Ventura utiliza as redes sociais para contornar os *media mainstream* que acusa de preconceito e de serem parte integrante do “sistema”, apesar da intensa viabilidade mediática que estes meios lhe conferem. Os *social media* oferecem aos movimentos populistas a possibilidade de recorrerem a canais alternativos de comunicação direta de onde emergem outros regimes comunicacionais fora das instâncias mass mediáticas, regimes importantes na disseminação de discursos *antiestablishment* que estimulam a mobilização cidadã necessária à base de apoio populista (Gerbaudo, 2018). Por outro lado, a sua estratégia de provocações e declarações polémicas garante-lhe uma constante cobertura mediática, convertendo-o uma figura omnipresente no debate político também nos *media* tradicionais.

A evolução eleitoral do partido ilustra, justamente, a rapidez da sua consolidação. Nas eleições legislativas de 2019, o partido obteve cerca de 1,3% dos votos, elegendo um deputado, um marco simbólico no contexto do sistema partidário português, assinalando a entrada da direita radical no hemiciclo no período democrático. Nas Legislativas de 2022, a votação do partido subiu para cerca de 7%, garantindo 12 deputados e afirmando o *Chega* como terceira força política. A tendência de crescimento intensificou-se nas legislativas antecipadas de 2024, pleito em que o partido alcançou aproximadamente 18% dos votos e 50 deputados, rompendo de forma clara com o padrão histórico de marginalidade da direita radical em Portugal. Naturalmente, a instabilidade deste período, marcado por três eleições em menos de 5 anos, ajudou o partido a capturar o voto dos eleitores descontentes com os partidos tradicionais. Finalmente, nas eleições legislativas de 2025, o *Chega* atingiu cerca de 23% dos votos e 60 mandatos, ultrapassando o *Partido Socialista* em número de deputados e consolidando-se

como segunda força política nacional, fenómeno sem precedentes na democracia portuguesa contemporânea.

Do ponto de vista ideológico, o partido enquadra-se na categoria da direita radical populista, articulando elementos nacionalistas, conservadores e securitários. A sua plataforma crítica face à imigração, em especial no que concerne à imigração islâmica, as propostas de endurecimento das penas criminais e a retórica anticorrupção colocam o partido em uma posição clara de desafio às elites políticas tradicionais do arco parlamentar (Marchi, 2020; Prior, 2024). De modo consistente com outras formações da direita radical europeia, o partido enfatiza a defesa da identidade nacional e a rejeição do multiculturalismo e do globalismo, retratados como ameaça à coesão social e aos valores da cultura e identidade portuguesas.

Embora a ascensão do *Chega* seja um fenómeno com características intrinsecamente culturais e contextuais, a sua análise ganha profundidade quando inserida numa perspectiva comparada com a direita radical europeia. A sua emergência tardia, em comparação com partidos como a *Frente Nacional* de Marine Le Pen ou a *Liga* de Matteo Salvini, fez com que Portugal fosse, durante muito tempo, encarado como uma exceção na Europa. Não obstante, o seu sucesso recente demonstra que Portugal, em vez de ser uma exceção ou um caso de impermeabilidade ao populismo de direita, apenas se juntou mais tarde a uma tendência transnacional.

A principal semelhança do *Chega* com os seus congéneres europeus reside na sua matriz ideológica. Todos eles partilham o núcleo do populismo e do nativismo. O populismo manifesta-se na retórica da luta do “povo contra as elites”, em que as elites são percebidas como corruptas, desligadas dos cidadãos comuns e defensoras de interesses parciais. Esta narrativa é central nos discursos de partidos como a *Frente Nacional*, atualmente, *Rassemblement National* (França), ou o *Fidesz*, (Hungria), que acusam as elites de Bruxelas de ignorarem as preocupações nacionais (Mudde, 2007).

O *Chega* alinha-se claramente com esta abordagem ao denunciar a “corrupção sistémica” e ao apresentar-se como a única voz do povo português. Ao explorar escândalos de corrupção, sobretudo a *Operação Marquês* que envolve o ex-primeiro ministro socialista José Sócrates, os privilégios da classe política e a ineficácia do sistema judicial, o partido posiciona-se como um *outsider* legítimo,

o representante dos cidadãos comuns contra as elites políticas e económicas que se apropriaram dos recursos do Estado. A corrupção é descrita não como uma falha de ética individual, mas como um vício sistémico, uma disfunção estrutural da democracia que só pode ser resolvida com uma “limpeza” radical.

O nativismo, o segundo pilar comum, assenta na convicção de que os estados devem ser habitados exclusivamente por membros do “grupo nativo”. Esta ideologia traduz-se em discursos anti-imigração e em políticas de segurança mais restritivas. A xenofobia, embora nem sempre explícita, é um subproduto comum desta visão. O *Chega*, tal como o *Fidesz* de Viktor Orbán, o *Vox* de Santiago Abascal, ou o *Partido pela Liberdade* holandês, liderado por Gert Wilders, defende um modelo fechado de sociedade, avesso à imigração e focado na defesa de uma identidade nacional que é descrita como “cristã” e “tradicional”. A sua retórica sobre a criminalidade e a imigração é um espelho de temas explorados por outros partidos de direita radical na Europa (Mudde, 2017).

Neste aspecto em particular, André Ventura reivindica as raízes cristãs da identidade europeia. A sua posição em relação ao Islão é construída em torno da convicção de que o Estado laico, uma conquista ocidental, é incompatível com a fusão entre o domínio político e o religioso, que o partido atribui àquele monoteísmo. O *Chega* aprofunda esta crítica, alinhando-se com a corrente do identitarismo europeu, que defende a preservação de uma identidade cultural e étnica específica, por vezes apelando à ideia de uma “identidade branca” ou “nacional” sob ameaça existencial. Esta narrativa é reforçada com a recente importação do conceito de “remigração”, popularizado por partidos como o alemão *Alternative für Deutschland* (AfD). A proposta de remigração sugere o repatriamento, voluntário ou coercivo, de imigrantes e seus descendentes que o partido considera não estarem integrados na sociedade, um conceito que assinala um alinhamento ideológico claro com a ala mais radical da extrema-direita europeia.

Efectivamente, em muitas forças da “nova direita” europeia, e de forma muito acentuada na retórica do *Chega*, o discurso nacionalista tem surgido associado a uma identificação mais ampla com os valores cristãos europeus, emergindo a defesa da identidade da Europa e os valores dos povos originários e nativos como elementos catalisadores do discurso populista das novas direitas. Como, com acerto, assinala Zúquete:

A ênfase colocada numa entidade mais alargada - Europa ou o Ocidente - emana tanto da necessidade colectiva de defesa dos europeus autóctones em relação aos ataques da nova ordem mundial e do seu *ethos* globalizante (que apaga tradições e raízes), como do medo e luta contra a islamização (2011, p. 661).

No vocabulário da extrema-direita, tem sido recorrente o tema da emergência de uma nova entidade geopolítica, dominada por muçulmanos. O neologismo “Eurábia” (Bat Ye’or, 2005) integra o vocabulário de alguns partidos e refere-se a uma nova ordem política congeminaada pelas elites políticas europeias e árabes que sujeitaria os povos cristãos à governação islâmica. Esta nova teoria geopolítica da Europa, desenhada após a crise do petróleo a partir de 1970, advoga a existência de uma política externa conciliada com os países árabes e a abertura à imigração procedente dos países muçulmanos. Ora, a associação da imigração ilegal com o aumento da insegurança e a transformação da Europa na “Eurábia” faz parte, justamente, da retórica do *Vox*. Este partido conservador de extrema-direita espanhol, fundado em 2013 por dissidentes do *Partido Popular*, defende, no seu programa para a imigração, a “tolerância zero com o fundamentalismo islâmico”, bem como o “encerramento das mesquitas e centros de culto que propaguem ideias contrárias à cultura e identidade” de Espanha e da “Iberoesfera”.³

42

De facto, o tema “eurábico” está a ganhar força no discurso de muitos partidos da extrema-direita europeia, partidos que combinam o discurso nativista e xenófobo com o populismo reaccionário e a retórica *out-group*. A eventual adesão da Turquia à União Europeia tem reforçado o discurso de uma “invasão muçulmana na Europa” por parte de vários partidos que identificam os muçulmanos como “o outro absoluto” (Casanova, 2006). Deste modo, a tese da “Eurábia” e a narrativa do colapso de uma Europa invadida pelo Islão, banalizou-se entre os partidos nacionalistas de extrema-direita, ao mesmo tempo que deixou de estar confinada aos círculos mais radicais e extremistas, sendo adoptada por partidos da “nova direita” populista. No referendo que resultou no *Brexit*, a tese foi amplamente defendida pelo eurocético *Partido pela Independência do Reino Unido*, enquanto na Suíça e na Áustria o tema do espectro islâmico é frequentemente suscitado em atos eleitorais pela *União Democrática do Centro* e pelo *Partido da Liberdade*, respectivamente. Como sublinha Yves Mény:

³ Programa Vox: <https://www.voxespana.es/programa/programa-electoral-vox>

A difícil integração dos imigrantes, as diferenças culturais e religiosas, os atentados terroristas em solo europeu e a concorrência real ou imaginária no mercado de trabalho, tudo converge para fazer da imigração o tema de maior preocupação das populações europeias no seu conjunto. Inicialmente, a fobia da imigração era veiculada principalmente pelos partidos populistas da direita radical, na Suíça, em França, na Áustria e na Dinamarca. Em seguida, todos os países foram contaminados: a Itália, a Suécia, a Finlândia e a Noruega, a Grã-Bretanha, onde a hostilidade se voltou mais para os imigrantes europeus do que para os imigrantes provenientes do antigo império britânico (Mény, 2019, p. 187).

Com efeito, para o *Chega* a imigração islâmica é representada como incompatível com a civilização europeia, enquadrada como uma ameaça externa, com o objetivo claro de invadir a Europa com a intenção de “islamizá-la”, impondo religião, cultura e hábitos. Os muçulmanos são sistematicamente associados ao radicalismo e ao fundamentalismo, estratégias que visam a associação com o terrorismo. A atenção dedicada à presença ameaçadora de muçulmanos incorpora a construção do “inimigo interno”, que Alietti e Padovan (2013) vêem como constitutivo do racismo cultural. As tradições islâmicas são retratadas como radicais, perigosas e fundamentalistas, tornando, assim, os muçulmanos inerentemente incompatíveis com a integração na sociedade europeia e os seus valores “civilizados” (Prior e Andrade, 2025).

Além de focar a sua retórica anti-imigração em grupos religiosos ou em imigrantes de forma geral, o *Chega* também dirige as suas críticas de forma particular a grupos minoritários específicos. A comunidade cigana, em particular, é frequentemente utilizada na retórica do partido como um exemplo de grupo externo que não se integra na sociedade portuguesa e nos modos e costumes dos “portugueses de bem”. O discurso do *Chega* sobre esta comunidade assenta as suas acusações na criminalidade, no abuso de apoios sociais, acusando os ciganos de serem “subsidiodependentes” e na falta de vontade de trabalhar. Estas acusações servem para reforçar a ideia de que o Estado de Bem-Estar Social é parasitado por “forasteiros”.

O *Chega* utiliza este grupo minoritário para consolidar o seu eleitorado, ao apresentar-se como o único partido que tem a coragem de abordar o que descreve como um problema social “tabu”. Esta retórica “out-group”, dirigida particularmente às comunidades islâmica e cigana, é uma característica central

do populismo de direita radical, que visa consolidar a construção do verdadeiro “povo” através da criação de um inimigo comum, seja ele político, racial ou cultural. Trata-se de um “populismo excludente” (Betz, 2003) que capitaliza a divisão entre “nós e eles” em termos identitários, rotulando como “outros” aqueles que não compartilham a identidade e cultura do povo nativo (Cervi, 2020).

Um outro aspecto que importa assinalar da ideologia do *Chega*, que o alinha com a direita radical de outros países, é o seu discurso anticomunista e socialista. O partido posiciona-se como o sucessor ideológico de um anticomunismo de matriz salazarista, revivendo as narrativas da Guerra Fria para atacar os partidos da esquerda tradicional e, em particular, o *Partido Socialista*, que é frequentemente acusado de corrupção e de ter uma agenda que visa manter a população em situação de dependência do Estado e destruir os valores tradicionais da nação, impondo ideologias globalistas. A maioria dos populistas de direita são anticomunistas (Mudde, 2007), e o *Chega* não é exceção. Este discurso não apenas reforça a sua identidade de extrema-direita, mas também serve para afastar eleitores descontentes do centro e da direita moderada, que vêem na esquerda uma ameaça ao sistema económico e social. O *Chega* utiliza este discurso para se distinguir do PSD, acusando-o de ser conivente com os ideais de esquerda. Ao reviver o espectro do comunismo, o partido procura criar uma narrativa de ameaça existencial.

Considerações finais

Longe de ser um fenómeno marginal, a presença do *Chega* no parlamento sinaliza uma mudança profunda nas prioridades e na cultura política do eleitorado, marcada pela desconfiança nas instituições e pela procura de segurança e identidade. A consolidação do *Chega* tem exercido um impacto substancial no panorama político português. Em primeiro lugar, a polarização do debate público. O partido utiliza uma linguagem agressiva e confrontacional que força os outros partidos a reagir, muitas vezes adotando uma retórica semelhante ou, pelo contrário, reforçando a sua oposição, o que divide ainda mais o eleitorado. Esta polarização pode dificultar o consenso e a governação.

Em segundo lugar, a normalização de discursos de extrema-direita. Temas como a criminalização de minorias, prisão perpétua ou a oposição à imigra-

ção, que antes eram tabu, passaram a fazer parte do debate político. A presença do Chega no parlamento legitima e normaliza estas ideias, que antes eram consideradas extremistas (Mudde, 2017). Isto tem um impacto direto nos outros partidos, nomeadamente no PSD, que passou a adotar posições mais à direita para não perder votos para o *Chega*. A implicação na governabilidade também se manifestou de forma singular.

Apesar de a sua postura antissistema e confrontacional, o *Chega* tem-se tornado um ator de peso no parlamento, cujas posições são fulcrais para a aprovação de certas medidas legislativas. Um exemplo notório é o seu apoio pontual ao atual governo minoritário liderado pela Aliança Democrática (AD) em questões-chave. A sua retórica anti-imigração, por exemplo, foi capitalizada para influenciar o debate e a tomada de decisões. O Chega tem pressionado por medidas mais restritivas na política de imigração, o que tem encontrado eco na agenda do governo e noutros partidos, tornando-se um parceiro de conveniência em matérias que se alinham com a sua plataforma. Esta dinâmica ilustra como, mesmo sem integrar o governo, a sua força eleitoral lhe confere um poder de influência significativo, obrigando a novos tipos de coligações e alianças que podem ser mais instáveis.

Referências

- Alietti, A., & Padovan, D. (2013). Religious racism: Islamophobia and antisemitism in Italian society. *Religions*, 4, 584–602.
- Betz, H.-G. (2003). Xenophobia, identity politics and exclusionary populism in Western Europe. *Socialist Register*, 39, 193–210.
- Cervi, L. (2020). Exclusionary populism and Islamophobia: A comparative analysis of Italy and Spain. *Religions*, 11, 516.
- Casanova, J. (2006). The long, difficult, and tortuous journey of Turkey into Europe and the dilemmas of European civilization. *Constellations*, 13(2), 234–247.
- Eatwell, R., & Goodwin, M. (2019). *Populismo. A revolta contra a democracia liberal*. Desassossego.
- Finchelstein, F. (2020). Para una historia global del populismo: rupturas y continuidades. In A. C. Pinto & F. Gentile (Eds.), *Populismo: teorías e Casos* (pp. 20–31). Edmeta editora.

- Gerbaudo, P. (2018). “Social media and populism: An elective affinity?”. *Media Culture & Society*, 40(5), 745–753.
- Guazina, L. (2021). “Populismos de direita e autoritarismos”. *Mediapolis - Media, Populismo e Espaço Público*. 12.
- Ignazi, P. (1992). “The silent counter-revolution. Hypotheses on the emergence of extreme right-wing parties in Europe.” *European Journal of Political Research*, 22(1), 3–29.
- Laclau, E. (2005). *La Razón Populista*. Fondo de Cultura Económica de España.
- Marchi, R. (2012). “As direitas radicais na transição democrática portuguesa (1974-1976). *Ler História* 63, pp. 71-95.
- Marchi, R. (2020). O Novo Partido Chega no âmbito da direita portuguesa. In A. C. Pinto & F. Gentile (Eds.), *Populismo: teorias e Casos* (pp. 201–219). Edmeta editora.
- Marchi, R., & Bruno, G. (2016). A Extrema-Direita Europeia perante a crise dos refugiados. *Relações Internacionais*, 50, 39–56.
- Mény, Y. (2019). *Democracias Imperfeitas. Frustrações Populares e Vagas Populistas*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Mudde, C. (2000). *The ideology of the extreme right*. Manchester University Press.
- Mudde, C. (2019). *The far right today*. Polity Press.
- Mudde, C., & Rovira Kaltwasser, C. (2017). *Populismo: uma Brevíssima Introdução*. Gradiva.
- Mudde, C. (2007). *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge University Press.
- Mudde, C. (2017). *The Far Right in Europe*. Routledge.
- Mudde, C. “O Zeitgeist Populista”. 2021. *EXILIUM – Revista de Estudos da Contemporaneidade*, 2(3), 263–298.
- Müller, J.-W. (2017). *O que é o Populismo?* Texto Editores.
- Pinto, J. N. (1996). *A direita e as direitas*. Difel.
- Prior, H. Social media and the rise of radical right populism in Portugal: the communicative strategies of André Ventura on X in the 2022 elections. *Humanit Soc Sci Commun* 11, 761 (2024).
- Prior, H., Andrade, M. (2025). Exclusionary Populism in Portugal: “Islamophobia and the Construction of the ‘Otherness’ in the Portuguese Radical Right”. In: Novais, R.A., Christofolletti, R. (eds) *The Palgrave Handbook on Right-Wing Populism and Otherness in Global Perspective*. Global Political Sociology. Palgrave Macmillan, Cham.

Taggart, P. (2000). *Populism*. Open University Press.

Ye'or, B. (2005). *Eurabia: The Euro-Arab axis*. Fairleigh Dickinson University Press.

Zúquete, J. P. (2007). Portugal: a new look at the extreme right. *Representation*, 43(3), 179–198.

Zúquete, J. P. (2011). “Novos tempos, novos ventos? A extrema-direita Europeia e o Islão”. *Análise Social*, XLVI(201), 653–677.